

A cosmopolítica do nascimento Munduruku e os processos de autoatenção

Resenha do livro: DIAS-SCOPEL, Raquel Paiva. A cosmopolítica da gestação, do parto e do pós-parto: práticas de autoatenção e processos de medicalização entre os índios Munduruku. Brasília: Paralelo 15, 2015, pp. 248.

José Maycon da Silva Cunha

Mestrando em Antropologia Social
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
maycon1cunha@gmail.com

O nascimento é um processo que envolve mistérios e cuidados singulares, além de estar ornado por uma cosmologia própria que compõe a construção socio-cultural de cada povo ou etnia. O processo de trazer um novo membro ao coletivo sofre implicações distintas caso olhemos do ângulo jurídico, político, econômico, social e até mitológico ou, da melhor forma, não havendo a separação entre as instâncias. Focar o fenômeno do nascimento é buscar compreender a formação familiar, é voltar-se à esfera coletiva que, por sua vez, esboça pista para o entendimento da organização social local. Mormente, é sobre a produção e manuseio do corpo a que se trata o processo de nascimento. O corpo enquanto nódulo magno sobre o qual cada sujeito singularmente existe e experimenta o mundo no âmbito de sua cultura.

Um estudo sobre as práticas de autoatenção, a saber, as ações coletivas ou individuais com implicações pontuais sobre a reprodução biossocial do grupo, em suas práticas de controle sobre os processos de saúde/doença/atenção, é matéria firme

para a compreensão das dinâmicas culturais dos povos amazônicos. No decorrer de sete capítulos, Raquel Paiva Dias-Scopel nos apresenta a construção sociocultural Munduruku a partir da reprodução biossocial da família, sob o ângulo mais poético e mitológico: as redobras e os processos envolvendo a gestação, o parto e o pós-parto. Um dos objetivos do livro *A cosmopolítica da gestação, do parto e do pós-parto: práticas de autoatenção e processos de medicalização entre os índios Munduruku* (2015) é compreender como os Munduruku vivenciam a gestação, o parto e o pós-parto mediante o processo de medicalização num sistema de assistência voltada à saúde indígena. Perpassa uma investigação dos processos de saúde e doença mediante uma perspectiva antropológica que contribui com as discussões teórico-analíticas da implementação de políticas públicas para saúde dos indígenas.

Atenção às práticas terapêuticas voltadas para o processo de gestação, parto e pós-parto dessa etnia perfaz o cuidado com a produção e manutenção da sociabilidade Munduruku, levando-se em conta a pluralidade na forma de atenção à saúde e às enfermidades. O livro foi premiado enquanto vencedor do IV Prêmio ABA-GIZ da edição de 2014, sob o tema “Gênero e povos indígenas na Amazônia”. O prêmio intenta estimular as pesquisas antropológicas com povos indígenas amazônicos. A autora estabeleceu intenso contato entre 2009 e 2011 com os Munduruku da aldeia Kwatá, localizados na Terra Indígena Kwatá-Laranjal (TIKL), na região Tapajó-Madeira (Borba/AM). A formação histórico-cultural da região carrega constantes embates político-ideológicos, recorrentes do intenso movimento migratório recorrente aos períodos de escravidão e exploração do ciclo da borracha. O intenso contato com o branco contribuiu na dinamicidade das práticas de autoatenção munduruku.

Fruto de uma pesquisa de doutoramento pelo programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o livro apresenta por meio de uma etnografia das práticas e dos costumes a cosmografia munduruku, isto é, a produção de identidades, ideologias, conhecimentos sobre o meio ambiente circundante e práticas terapêuticas sob a égide de uma visão de mundo singular, um mundo encantado. Em sua visão frente ao mundo, os Munduruku perfazem um diálogo entre os saberes e práticas locais em relação aos saberes e práticas biomédicas, produzindo tensionamentos entre saberes e práticas locais, uma cosmopolítica. O ponto no qual se aponha a obra é o da racionalidade terapêutica que permeia os processos de gestação, parto e pós-parto na comuni-

dade indígena. A interação entre o conhecimento indígena e biomédico perpassa o conhecimento fisiológico e anatômico da mulher, incluindo a formação dos corpos e o tratamento de enfermidades (prevenção e manutenção das doenças).

Um dos pontos preliminares para situar o trabalho desenvolvido por Raquel Paiva Dias-Scopel é que ela estava gestante na época de sua pesquisa entre os Munduruku. Além de estar acompanhada do esposo em campo, pôde articular suas experiências de pesquisacom a efervescência de sua própria gravidez. Diante de relatos sobre o processo de gestação das mulheres munduruku, somos salpicados pelo aprendizado da própria pesquisadora em campo que, sob o contato com as práticas munduruku envolvendo as gestantes locais, começa a rever suas próprias práticas alimentares, desejos e tabus em relação à gestação. Aludindo a Favret-Saada (2005), decide deixar-se afetar pelas experiências enquanto metodologia etnográfica, produzindo, assim, um contundente relato dos sujeitos e seus corpos e do complexo processo envolvendo o nascimento.

Para poetiza indo-canadense Rupi Kaur (2017), o fenômeno mais próximo de deus é o corpo de uma mulher, pois, para ela, é de onde a vida vem. De semelhante forma organizativa, os Munduruku estabelecem uma cosmografia fundada no corpo feminino, cercado de mistérios e deduções cosmológicas, juntamente, o corpo feminino se constrói em complementariedade com o masculino, afetado pelas manifestações e incidências do corpo oposto. Raquel Paiva Dias-Scopel desnuda as interações do processo de gestação da mulher em relação ao corpo masculino, do pai da criança, bem como com a própria criança que está sendo gestada. O pai sofre intervenções do feto em formação. Sob o diagnóstico de abalo de criança, o pai esmorece e perde forças (animo e energia), tendo parte de suas energias transferidas para o feto que se desenvolve no corpo da companheira. Vencer o processo de abalo de criança é vitória não apenas para o corpo masculino que é sugado, como também para o feto que está em pleno desenvolvimento. Sob esta delicada apresentação, a autora salienta a dimensão processual da construção dos corpos que compõe o processo de autoatenção inserida numa explicação própria aos Munduruku. Destarte, percebemos os corpos enquanto processo e diálogo diante da dinamicidade de um contexto cultural particular.

O corpo é recoberto de precauções específicas como, por exemplo, dietas com restrições de alimentos maléficos a cada período da gestação. As recomendações em torno de uma alimentação equilibrada e de restrições variam entre os

períodos de gestação e pós-parto. Nisto, o corpo feminino apresenta desejos, uma gula peculiar característica do processo de gestação munduruku. Desprender cuidados aos desejos da gestante compõe o conjunto das práticas de autoatenção no momento inicial da gestação da mulher. Os desejos alimentares e a busca por saciá-los são sinônimos de zelo e cuidado dos pais para com o bem-estar do feto, ou seja, do novo membro do grupo que está a caminho. Acompanhar os desejos da gestante insere-se nas práticas de cuidado com formação do feto e o estágio de desenvolvimento da gestação; para isso, há atenção aos momentos em que o feto se mexe na barriga da mãe, símbolo do contato da mãe com o feto em formação.

O acompanhamento de perto da formação do feto é gesto presado entre os Munduruku, uma vez que o processo de nascimento agrega múltiplos agentes sociais e articula diversas esferas de contato, tanto dentro quanto fora da comunidade. A partir de um coletivo de especialistas, tais como os pajés, as parteiras e tantas outras mulheres mais velhas (mulheres experientes que já tiveram muitos filhos e acompanharam outras gestações e nascimentos, experientes em pegar criança), os Munduruku estruturam e reproduzem saberes locais de autoatenção em torno da gestante e seus familiares. O ato de um especialista pegar na barriga é suficiente para diagnosticar o estágio de formação e o bem-estar do feto que se desenvolve, bem como diagnosticar uma gestação proibida fruto do contato com seres encantados, em sua maioria, causada pelo boto.

Na cosmologia Munduruku, o cosmo é composto de miríades de seres e a dinâmica vital cósmica acontece mediante a intensa interação entre cada componente. Os humanos não estão sós. Junto a eles, coabitam seres encantados com efeitos diversos sobre as práticas cotidianas, como gentirana ou kokeriwat, cobras encantadas, botos e outros seres maléficos que habitam o mundo subaquático e as matas. Entre os Munduruku, percebem-se fendas no tempo às quais interligam subdivisões diurnas (manhã, tarde e noite). Entre as subdivisões do dia, existem proibições para o contato com os rios, lagos e mata. Os sujeitos da comunidade devem manter um resguardo em relação a certos ambientes nos horários específicos. Os rios são proibidos em determinados momentos, principalmente para as mulheres, em virtude dos botos. Ir contra alguma dessas normas é desejar contrair um pane-ma, uma doença espiritual desdobrada em azar e mazelas para o corpo. No caso das mulheres, a quebra do resguardo definido pode acarretar consequências para a mãe e o feto, inclusive, pondo a vida de ambos em risco. Vez ou outra, as consequências

recaem sobre familiares próximos. O resguardo varia entre períodos, ou seja, as mulheres devem manter cautela nos períodos de menstruação, gestação e pós-parto.

É no contexto de produção e circulação dos alimentos que se imbricam outra forma de relação de complementariedade entre os gêneros, a saber, o sentido de cooperação entre homens e mulheres na produção alimentar da comunidade Munduruku. É na realização do puxirum, isto é, o plantio coletivo da mandioca, que a autora apresenta uma das formas de entendimento sobre dinâmica entre os gêneros no cotidiano. A partir do puxirum entende-se a organização dos papéis atribuídos aos homens, às mulheres, às crianças e aos idosos Munduruku. O sentido de cooperação e harmonia entre os afazeres delimitados a cada gênero é guiado por uma gramática própria da divisão sexual do trabalho. Tanto há afazeres e espaços definidos para os homens, como há afazeres e espaços delimitados para as mulheres. A produção da roça é apenas um dos ângulos da materialidade da união e cooperação de homens e mulheres. No entanto, o ponto central da obra recai sobre o processo envolvente ao nascimento (gestação, parto e pós-parto).

A guinada na pesquisa de Dias-Scopel (2015) é a descrição etnográfica do intenso antagonismo entre os saberes biomédicos em relação aos saberes tradicionais munduruku no processo de autoatenção. As práticas biomédicas são definidas através de diretrizes da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (Pnapsi), desdobrada em programas pontuais de assistência à saúde indígena de forma diferenciada e aglutinativa, ou seja, as práticas biomédicas devem dialogar em sua aplicabilidade e efetividade com os saberes locais indígenas. Em contraposição, temos os saberes e as práticas locais de autoatenção aplicada por pajés, parteiras e mulheres mais velhas e estão circunscritos num contexto próprio aos Munduruku. Mediante observações etnográficas, a autora apresenta o contato das mulheres munduruku com as políticas de saúde indígena e o acompanhamento do período gestacional, situando as contradições inerentes à ausência da efetividade de diálogos entre os saberes e as práticas de autoatenção indígenas e biomédicas.

Dentro da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher encontra-se o principal instrumento de assistência às gestantes definido pelo Sistema Único de Saúde (SUS) do Ministério da Saúde: cadastro nacional do Sistema de Acompanhamento do Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento (SispreNatal). Em resumo, este sistema intenta acompanhar mulheres gestantes ao longo do pro-

cesso de gestação, parto e pós-parto. Prevê-se, assim, a instrumentalização das diretrizes de saúde através de uma Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena (Emsi) e de Agentes Indígenas de Saúde (AIS). O embate ideológico aparece no momento em que as diretrizes nacionais de assistência à saúde indígena, que carregam em seu cerne a comanda de reconhecimento da diversidade cultural dos povos indígenas sob um sistema tradicional de saúde, não encontra aderência dos profissionais biomédicos na devida articulação com as práticas locais de autoatenção munduruku. Encontramos, além disso, a precarização estrutural do SUS, como a ausência de materiais e instrumentos que efetivem o acesso das equipes profissionais de saúde às aldeias indígenas, bem como a recepção das mulheres gestantes no postos de atendimento.

Não obstante, a gradativa expansão da medicalização da saúde indígena desdobrada nos cuidados com a gestação, parto e pós-parto, como encontramos na pesquisa de Dias-Scopel (2015), tem se intensificado, principalmente entre os Munduruku. A atenção diferenciada na questão de saúde indígena pode ser encontrada no acompanhamento de processo de gestação com a presença profissional no momento do parto, na aldeia ou no hospital, e o acompanhamento pós-parto, efetivamente numa cidade próxima. Por conseguinte, o alastramento do processo de medicalização biomédico articulado pelas equipes multidisciplinar de saúde tem modificado a maneira das mulheres munduruku encarar a própria gestação, o momento do parto e o processo decorrente do pós-parto. O exemplo peculiar para essa situação de perda de efetividade das práticas locais é expressa pela autora através do aumento de parto em hospitais, acompanhado do uso de cesarianas como técnica de parir.

Ao fim, percebemos que a riqueza na demonstração da fluidez e da dominância da esfera simbólica sobre a organização social indígena desponta para a importância de apresentar a dimensão simbólica como formadora da práxis cultural. A singularidade das pesquisas na América indígena é a experimentação do corpo presente das diversas etnias, principalmente, das matas amazônicas (SEEGER; DAMATTA; VIVEIROS DE CASTRO, 1979). Como percebemos n'A cosmopolítica da gestação, do parto e do pós-parto, a formação do corpo não é apenas a divisão do humano e do sobre-humano. Na verdade, é a dialética (diálogo) entre os campos que possibilita, através da complementariedade, a experiência do corpo biossocial frente à gestação, ao parto e ao pós-parto. A obra de Raquel Paiva Dias-Scopel é de importância primeira para o campo de estudos

sobre o corpo e as relações de gênero nas sociedades indígenas sul-americanas. Por meio de um mundo animado por seres encantados, os Mundukuru demonstram e ensinam a fluidez e a dinâmica de experimentar o mundo que os circunda.

Referências

DIAS-SCOPEL, Raquel Paiva. *A cosmopolítica da gestação, do parto e do pós-parto: práticas de autoatenção e processos de medicalização entre os índios Munduruku*. Brasília: Paralelo 15, 2015.

FAVRET-SAADA, Joanne. Ser afetado. *Cadernos de campo*, São Paulo, v. 13, p. 155-161, 2005.

KAUR, Rupí. *Outros jeitos de usar a boca*. São Paulo: Planeta, 2017.

SEEGER, Anthony; DA MATTA, Roberto; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. *Boletim do Museu Nacional – Antropologia*, vol. 32, p. 2-19, 1979.

Recebido em 26 de fevereiro de 2018.

Aceito em 21 de abril de 2018.

